

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Arte e humanismo

Não se sabe bem as razões desse triste acontecimento, mas é certo que, depois do fechamento do Teatro Nacional de Brasília, fato desabonador para todos os governos que se seguiram, pouco a pouco, ao longo desses mais de 10 anos, os brasilienses vêm se ressentindo com a falta de eventos e espaços voltados para o que de melhor existe hoje no mundo das artes e da cultura.

Houve uma espécie de apagão geral, inaugurado justamente após o fechamento dessa que era a casa mais importante de shows da cidade e do país. De lá para cá, Brasília foi deixando de ser grande polo de atração e de irradiação de cultura. Nem mesmo nos primeiros anos de construção da capital, quando tudo em volta era precário, foi assim. Havia naquela época e nos anos que se seguiram um frenesi e uma agitação cultural solta no ar. Brasília respirava cultura e arte mesmo em meio à poeira e à correria das construções. Não faltavam eventos e espaços para as manifestações de arte e cultura. Nesses últimos anos, um imenso e denso véu parece ter envolvido a cidade num sono profundo. Com exceção do Museu da República, onde raramente são apresentadas novidades que chamem a atenção do público.

Restam aos brasilienses o Museu de Arte Moderna e o CCBB, distantes do centro e pouco atrativos para o público que não tem carro. Com o encerramento de suas atividades, por incúria e despreparo de muitos governos, o Teatro Nacional abriu um vácuo e um vazio imenso. A capital, hoje, está claramente fora dos grandes espetáculos e shows. De resto o que se tem são apresentações pagas a peso de ouro e que, além de gosto duvidoso, são para poucos.

A exceção é a Escola de Música de Brasília e poucos outros exemplos. A época dos concertos e festivais ao ar livre ficaram para trás. A capital é, hoje, um lugar monótono, perturbado, por vezes ocupada por shows de música da moda cuja qualidade artística é nenhuma. A responsabilidade de Brasília em manter o status de Patrimônio Cultural da Humanidade segue a mesma, embora o fôlego pareça ter diminuído. De acordo com o título concedido pela Unesco, a capital dos brasileiros tem a obrigação moral e o destino de ser o centro cultural do país.

Não se vê por parte das autoridades a necessidade de criação de escolas voltadas inteiramente para o desenvolvimento das artes. A arte é, hoje, um elemento acessório e parece não ter lugar nesses tempos eletronicamente atribulados. É uma pena, pois há muito se sabe que o ensino e o desenvolvimento das artes são fundamentais para dar ao ser humano aquilo de que ele mais necessita, que é o humanismo. Sem arte e sem a vivência artística, o homem é um bárbaro, sujeito à vilania e à maldade.

Houvesse prosseguido o seu trabalho, dentro do que foi preconizado na sua formulação original desde Paulo Freire até Anísio Teixeira e outros educadores, o modelo da Escola Parque seria facilmente reconhecido hoje como o maior celeiro de artistas do país, não devendo nada aos grandes centros de artes espalhados pelo mundo afora. É preciso reconhecer que o título concedido vem muito do trabalho realizado pelos artistas que colaboraram, lá atrás, na construção de Brasília. Gente como Athos Bulcão, Burle Marx, Ceschiatti, Bruno Giorgi, Glênio Bianchetti, Marianne Peretti, Sérgio Camargo, Alfredo Volpi, Joaquim Tenreiro, Sérgio Rodrigues, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e muitos outros.

O maior problema, no caso da produção artística, persiste ainda na sua atrelação antiga aos ditames do governo. Há ainda entre nós um compadrio entre arte e governo. O que se mostra necessário, numa terra de escassos mecenas e de fundações com esse sério propósito, é também o calcanhar de Aquiles de nossa produção. Como bem ressaltaram os técnicos da Unesco, a concessão desse título é um fator estratégico não só para o desenvolvimento urbano sustentável e para a inclusão social, mas, sobretudo, para salientar a importância das artes na construção de uma cidade mais humana e fraterna.

Brasília surgiu exatamente dessa junção entre arte e arquitetura. Portanto, seu destino natural parece ser prosseguir nesse mesmo modelo, aliando ao bom urbanismo o que de melhor nossos artistas produzem.

» A frase que foi pronunciada

“Líderes são pessoas que criam as normas pelas quais eles julgam a si mesmos e pelo qual estão dispostos a serem julgados.”

Haile Selassie

Homenagem

» Talento inquestionável, o professor José Galbinski deixa em Brasília vários prédios de sua autoria. Entre eles, a biblioteca e o restaurante universitário da UnB e a Casa Thomas Jefferson do Lago Sul. No último contato com a professora Emília Stenzel, Galbinski contava a piada do rabino viciado em golfe. Estava no templo, mas com o pensamento no campo de um gramado perfeito. Não aguentou e deu uma escapadela. Pegou o taco e rebateu a bola com tanta força que ela ricocheteou numa árvore, noutra e, para seu espanto, caiu no buraco com maestria. Observando a cena estavam Deus e Moisés, que questionou a punição. 'Como assim? Isso lá é castigo? O rabino fuge da sinagoga e ainda ganha um prêmio desses?' Ao que Deus responde: “Pense bem. Essa proeza ele não vai poder compartilhar com ninguém!”

Dificuldades

» No Café sem Troco, a 50Km da capital, não há uma base avançada da Segurança Pública que atenda a região. Essa é uma das reclamações da comunidade. O frei Jailton e os voluntários que trabalham na comunidade estão recolhendo roupas para crianças de qualquer idade que serão distribuídas por lá. Quem quiser contribuir é só deixar na secretaria da Basílica Menor São Francisco, na 915 norte, com um bilhete indicando: “doação para o Café sem Troco”.

» História de Brasília

O Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, que funcionava em Brasília, foi abandonado totalmente. O chefe foi transferido, funcionários entraram em férias e ninguém foi substituído. (Publicada em 27/3/1962)

A paz possível

» JAIME PINSKY

Historiador, professor titular da Unicamp, doutor e livre docente da USP e escritor

Queremos mesmo? Neste caso, de que paz falamos? Que tal começarmos a falar de uma paz inclusiva? Que tal falar de uma paz que ofereça um futuro? Que tal falar de uma paz que não discrimine mulheres e crianças, uma paz que leve os professores a ensinar sem medo de repressão, uma paz que deixe todo mundo orar para o Deus que quiser (e se quiser) e para o profeta que lhe aprover, sem medo de retaliação, de vingança, de bombas, de decapitação? Uma paz, enfim, que permita que a História seja contada com liberdade, pois sem liberdade não há história confiável. Que seja fiel ao acontecido, não uma versão engendrada para enganar ingênuos e satanizar o adversário.

Antes de tudo, uma informação aos desavisados ou aos mal-intencionados (aos antissemitas não adianta ensinar, eles são doentes, como qualquer fanático): Israel não é uma manifestação do imperialismo ocidental, uma estrutura política destinada a espoliar riquezas de continentes, povos e nações saqueados por nações industrializadas. Israel não tem nada a ver com ingleses na África do Sul, belgas no Congo, portugueses em Angola, ingleses na Índia, holandeses no Pacífico, russos na Ásia Central e no Báltico e assim por diante.

A origem de Israel é outra. Tem a ver, antes de tudo, com jovens que viviam na Europa, em áreas na periferia do império czarista, onde os judeus eram constantemente vítimas de pogroms (perseguições, massacres). Muitos desses moços, em contato com literatura marxista, informados com as perseguições de que eram vítimas, concluíram que esse estado de coisas só mudaria quando os judeus voltassem a trabalhar no campo em atividades produtivas, aceitassem viver em comunidade, a desenvolver atividades produtivas coletivamente. Ou seja, o oposto da dominação imperialista.

Esses jovens instalaram-se em terras compradas de proprietários árabes, fundaram colônias agrícolas coletivas (o kibutz, plural kibutzim) ou colônias cooperativas (moshav, plural moshavim). Estudiosos do tema contam que proprietários de terra árabes, que utilizavam mão de obra barata também árabe, não viam com bons olhos a presença de jovens socialistas, que pregavam a propriedade coletiva não só dos meios de produção, como também das habitações, da comida e até da roupa de trabalho, além da igualdade entre homens e mulheres.

Os anos 1930 e parte dos anos 1940 foram terríveis para os judeus. De um lado Stalin, responsável por uma infinidade de crimes contra o povo russo (e de outras nacionalidades); de outro, Hitler e seus nazistas, cuja atividade genocida é por demais conhecida. Mesmo depois do Holocausto, judeus encontraram muitas fronteiras fechadas (entre as



quais, as dos Estados Unidos e do Brasil). A Palestina, que não continha nenhum Estado nacional na ocasião, tornou-se um dos poucos lugares para onde podiam afluir os poucos sobreviventes judeus da Europa. Essas pessoas, esses sobreviventes, terão sido a tal “ponta de lança do imperialismo inglês ou americano”? É preciso ser idiota, pretensioso e desinformado ou alguém dotado de extrema má-fé para acreditar nisso.

Quando, em 1947, o presidente da sessão, na ONU, o diplomata brasileiro Osvaldo Aranha colocou em votação a partilha da Palestina, não havia na região nenhum Estado organizado, nem inglês, nem árabe, nem judeu. Mas a comunidade judaica já tinha uma central sindical, diversos partidos políticos (a maioria de esquerda), uma orquestra sinfônica e uma excelente universidade.

A partilha, aprovada por larga maioria de votos — 33 nações votaram a favor, 13 contra e 10 se abstiveram (e a União Soviética votou a favor) —, criava dois Estados: um judeu e um árabe. Os judeus, organizados, aceitaram o resultado. O que aconteceu depois, todos sabemos. Países vizinhos se uniram e, a pretexto de ajudar os palestinos, invadiram o

território destinado aos judeus. Os árabes que moravam na região acreditaram na vitória da coligação de sete países vizinhos que prometeram, literalmente, “jogar os judeus no mar” (e ficar com parte do espólio dos vencidos, como declararam), algo tecnicamente viável caso tivessem vencido. Mas os judeus resistiram e acabaram derrotando os invasores.

O motivo da vitória foi candidamente explicado por um habitante judeu na ocasião: “Derrotamos os adversários porque, se fôssemos derrotados, não teríamos para onde ir”. Surpreendidos e assustados, muitos árabes locais fugiram temendo represálias. Saíram, imaginando que poderiam voltar. Isso não aconteceu. Até hoje, não se chegou a um acordo sobre algum tipo de retorno. Também os judeus expulsos do Iêmen, do Irã e de outros países muçulmanos nunca tiveram oportunidade de retornar. Tudo isso precisa ser resolvido de forma justa. E tem muita gente em Israel favorável a negociações, desde que o Estado judeu seja reconhecido pelos palestinos e pelos vizinhos. Que tal em vez de lançar manifestos demagógicos, distantes da verdade dos fatos, lutarmos todos juntos por uma paz justa, sem preconceitos?

Debate sobre EaD oculta ausência de política pública

» LÚCIA TEIXEIRA

Doutora em psicologia da educação e presidente do Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil

Uma vez mais, os dados do Censo da Educação Superior 2022 revelaram que as matrículas no ensino superior cresceram. O total de alunos aumentou 5,1% em 2022, em relação a 2021, refletindo acréscimo de 6,6% no setor privado e uma redução de 0,1% no ensino superior público.

Embora o resultado esteja muito aquém do necessário para suprir o atraso na oferta de acesso à educação superior, os debates que se seguiram à sua divulgação se concentraram no expressivo crescimento de 16,5% nas matrículas dos cursos de educação a distância em detrimento da modalidade presencial, que registrou queda de 3% na comparação com 2021. No período entre 2011 e 2022, o número de estudantes em cursos a distância cresceu 336,1%, enquanto a diminuição em cursos presenciais foi de 11,4%.

Na verdade, se o Brasil tivesse uma política pública de acesso à educação superior consistente, e o crescimento do volume de jovens que ingressam no ensino superior acompanhasse o crescimento total da população, muito provavelmente não estaríamos discutindo a questão do EaD.

A taxa de escolarização líquida, que mede o percentual de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior, praticamente não evoluiu e se mantém em patamares muito baixos: apenas 18,9%, em 2022. E o resultado só não é pior porque, comparando o total de matrículas no ensino superior com a projeção da população registrada pela Pnad na mesma

faixa etária, nota-se que esse indicador vem diminuindo a cada ano.

Segundo o Censo, dentre os jovens até 30 anos, 67,4% estudam em cursos presenciais e 32,6%, no ensino a distância. Entre os mais velhos, acima de 30 anos, 69,7% estudam em cursos EaD e 30,3%, nos presenciais. Mesmo que a preferência dos alunos mais jovens seja pelo ensino presencial, pela necessidade da vivência universitária, do contato com os professores e com os colegas, a maioria não consegue acessar as vagas das universidades públicas nem arcar com as mensalidades dos cursos presenciais das IES privadas.

Segundo dados da Pnad de 2023, 77,9% dos estudantes do ensino médio têm renda familiar per capita de até um salário mínimo. Ou seja, sem bolsa, financiamento estudantil ou vaga gratuita, os jovens dificilmente conseguem ingressar e permanecer no ensino superior.

Não há notícia de ampliação de programas de bolsas, como o Prouni, ou do financiamento estudantil Fies. A título de exemplo, em 2014 o Brasil chegou a celebrar 732 mil novos contratos do Fies. Em 2022, foram firmados apenas 51 mil novos contratos e, em 2023, até o fim do primeiro semestre, apenas 27 mil.

É importante ressaltar que estamos falando de uma população de 22,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos, dos quais apenas 4,2 milhões estão no ensino superior. E não podemos esquecer que, além do problema econômico de acesso à educação superior, existem outros fatores importantes que contribuem

para esse quadro, como a evasão ao longo do ensino médio. Cerca de 35% dos alunos que ingressam no ensino médio não concluem essa etapa da sua formação.

Diante desses dados, e sem esquecer a relevância de uma atenção maior para a qualidade do ensino a distância, com o estabelecimento de instrumentos adequados que possam efetivamente avaliar a realidade da oferta desses cursos, fica evidente a necessidade urgente de criação de um novo sistema de financiamento estudantil.

Um sistema que, como propusemos desde 2017, teria os pagamentos vinculados à renda do aluno, de modo a permitir que aqueles que não têm condições de pagar pela mensalidade escolar possam ter acesso a todas as IES e a todas as carreiras e passem a usufruir dos benefícios da formação superior, quebrando os atuais ciclos intergeracionais de desigualdade.

Acreditamos que só com a criação de um sistema de financiamento estudantil com essas características, que, ao mesmo tempo, concilie proteção social com sustentabilidade fiscal em políticas públicas de assistência estudantil, será possível viabilizar a ampliação do acesso à educação superior para a população brasileira. Lembrando que esse tipo de política pública não beneficia apenas o indivíduo, mas representa, principalmente, um investimento capaz de assegurar retorno para o país em termos sociais, culturais e econômicos.